



## Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica

José Augusto C. Guimarães<sup>1</sup> Maria Cristina P. I. Hayashi<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A produção científica constitui elemento fundamental para a reputação de um pesquisador e de uma universidade de tal modo que a pressão por publicar se torna cada vez mais preponderante no meio acadêmico. **Objetivo:** Busca-se analisar o crescente fenômeno das revistas predatórias como uma ameaça ao universo científico e as formas para que possam ser identificadas e evitadas. **Metodologia:** Com base na literatura internacional, discute-se o conceito, características e as formas de identificação das revistas predatórias, além de algumas questões que podem iluminar as reflexões sobre os impactos que essa realidade vem trazendo ao meio acadêmico. **Resultados:** Evidencia-se a necessidade de fazer frente a essa ameaça por meio de uma ação conjunta de autores (os investigadores), editores, instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento à pesquisa, e bases de dados bibliográficas no sentido de garantir que a comunicação científica nos mais diversos campos do conhecimento se faça em moldes éticos, transparentes e defensáveis. **Conclusão:** Torna-se necessário o desenvolvimento, por parte dos investigadores, de uma competência específica para distinguir entre as revistas confiáveis e as fraudulentas desconsiderando os convites, muitas vezes tentadores, para publicar ou integrar comitês editoriais de periódicos predatórias.

### PALAVRAS-CHAVE

Revistas predatórias. Comunicação científica. Ética na informação. Revistas científicas.

## Predatory journals: an enemy to be fought in scientific communication

### ABSTRACT

**Introduction:** Scientific production is a fundamental element for the reputation of a researcher and a university in such a way that the pressure to publish becomes increasingly prevalent in academia. **Objective:** We seek to analyze the growing phenomenon of predatory journals as a threat to the scientific universe and the ways in which they can be identified and avoided. **Methodology:** Based on the international literature, the concept, characteristics and ways of identifying predatory journals are discussed, in addition to some questions that can illuminate reflections on the ethical impacts that this reality has brought to the academic environment. **Results:** It is evident the need to face this threat through a joint action of authors (researchers), editors, teaching and research institutions, research funding agencies, and bibliographic databases in order to guarantee that scientific communication in the most diverse fields of knowledge is carried out in ethical, transparent and

### Correspondência dos autores

<sup>1</sup> José Augusto Chaves Guimarães  
Universidade Estadual Paulista  
Marília, SP - Brasil  
e-mail: [guima@marilia.unesp.br](mailto:guima@marilia.unesp.br)

<sup>2</sup> Maria Cristina Piumbato I. Hayashi  
Universidade Federal de São Carlos  
São Carlos, SP - Brasil  
e-mail: [dmch@ufscar.br](mailto:dmch@ufscar.br)

defensible ways. **Conclusion:** It is necessary for investigators to develop a specific competence to distinguish between reliable and fraudulent journals, disregarding invitations, which are often tempting, to publish or join editorial committees of predatory journals.

#### KEYWORDS

Predatory journals. Scientific communication. Information ethics. Scientific journals.

#### CRediT

- **Reconhecimentos:** Consigna-se o agradecimento à Profa. Dra. Maria Cláudia Cabrini Gracio pela leitura atenta e pelas sugestões ao texto.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Disponível no próprio texto.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita – rascunho original; Escrita – revisão & edição: GUIMARÃES, J.A.C.; HAYASHI, M.C.P.I.

**JITA:** EG. Predatory journals.



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 22/12/2022 – Aceito em: 20/01/2023 – Publicado em: 02/02/2023

| 2

Editor: Gildenir Carolino Santos

## 1 INTRODUÇÃO

A produção científica pressupõe – e demanda – todo um esforço relativamente à construção do conteúdo do artigo, à autoria, às fontes entre outros. Especial importância, nesse contexto, reside na criteriosa escolha da revista científica para a qual será submetido o artigo, uma vez que dela dependerá o prestígio e a visibilidade científica potencialmente associada a essa produção intelectual.

A universidade, em nossos dias, vem cada vez mais sendo permeada pelo fenômeno do “*publish or perish*”, em que os docentes e investigadores são constantemente pressionados a publicar artigos de modo a garantir sua posição acadêmica, suas eventuais promoções, seu prestígio e mesmo a manutenção de seu emprego (MOOSA, 2018).

Nesse contexto, três fatores acabam sendo considerados importantes para o êxito de um investigador: publicar continuamente, aumentar o número de citações e publicar em revista “*open access*” (GRUDNIEWICZ, 2019; BEREK, 2020).

Em nossos dias, o “*Open Access*”, no qual o leitor tem acesso livre e gratuito aos artigos de uma revista, pode ocorrer por meio do chamado *Gold Model*, com os custos de processamento do artigo (*article processing charge system*) financiados pelo autor, por instituições de pesquisa ou bibliotecas, ou ainda pelo *Green System* em que o autor faz o autoarquivamento de uma cópia de seu artigo para acesso livre. Tem-se ainda o chamado *Hybrid System* no qual alguns artigos de uma revista são em acesso livre e outros não. (GUNAYDIN; DOGAN, 2015; SHEN; BJÖRK, 2015)

A submissão de um artigo, como destaca Guimarães (2018a), exige um conjunto de cuidados que devem ser tomados por ocasião da escolha do periódico para submissão do artigo, conforme exposto a seguir.

Uma primeira atenção a ser tomada refere-se ao prestígio científico da revista a partir de indicadores nacionais e internacionais, como é o caso de sua indexação em bases de dados como *Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* entre outras. Nesse contexto, aspectos como o fator de impacto e o quartil em que classifica a revista em uma dada área do conhecimento são especialmente relevantes.

Importante ainda é a realização de uma análise específica do escopo editorial da revista, no sentido de verificar em que medida a temática do artigo se insere na política da revista, pois isso influenciará não apenas no aceite ou rejeição do artigo, como também na sua leitura, ou não, por especialistas daquela temática.

Aliando-se ao escopo editorial, deve-se analisar também a composição do Corpo Editorial e do Corpo Científico da revista, pois a presença de pesquisadores de prestígio influencia na própria visibilidade da revista e, por conseguinte, do artigo.

Por fim, deve-se atentar para alguns aspectos formais, como o cumprimento da periodicidade da revista, a presença de fascículos ou dossiês temáticos, as línguas aceitas para publicação, a menção, na página inicial de cada artigo, da data de recepção e de aprovação do artigo (pois isso atesta a agilidade editorial da revista), os dados fornecidos sobre os autores (inclusive casos de revistas que publicam a fotografia do autor para fins de futura identificação) e a existência de um vocabulário controlado que forneça subsídio ao estabelecimento das palavras-chave para os artigos.

Como se pode observar, trata-se de tarefa complexa, mas determinante para uma maior ou menor visibilidade de um artigo e, como consequência, da construção da reputação científica dos(as) autores(as).

Não são raros os casos de verdadeiras “pérolas atiradas aos porcos”, ou seja, quando artigos de excelente qualidade, frutos de um trabalho exaustivo de investigação, são submetidos a revistas de pouco prestígio. Com isso, o conhecimento produzido corre risco de se perder, uma vez que será pouco acessado e apreendido, tornando-se cientificamente pouco visível.

Mais recentemente, essa tarefa de escolher um veículo que tenha prestígio e visibilidade científica para a submissão de um artigo assumiu maior complexidade em virtude do crescente fenômeno das denominadas publicações predatórias. Ademais, e como destacam Antunes, Lopes e Borges (2022, p. 59), “Apesar de alvo de crescente atenção nos anos mais recentes, parece, contudo, não haver ainda uma definição consensual e operacional das características que identificam revistas e editoras predadoras.

Na sequência, apresentamos um panorama histórico do surgimento do conceito de revistas predatórias, bem como suas principais características, além de oferecer alguns elementos para que estas sejam identificadas pelos pesquisadores ao submeterem um manuscrito para publicação.

Assim, uma das contribuições deste artigo é aumentar o nível de consciência dos próprios pesquisadores, para que não incorram nessas formas predatórias de conhecimento científico. Ao tomar conhecimento dos modos que tais golpes e burlas acontecem, os pesquisadores podem tanto se proteger desse tipo de prática quanto manter um ambiente seguro e saudável para a comunicação científica.

## 2. REVISTAS PREDATÓRIAS: CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO E FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO

Jeffrey Beall, bibliotecário e pesquisador da Universidade de Colorado, na Denver Auraria Library, hoje já aposentado, notou em 2008 que, a partir da implementação em larga escala do modelo de periódicos “*Open Access*” passou a receber numerosos convites para enviar artigos e integrar o comitê editorial de revistas desconhecidas (BEALL, 2012).

Em 2010, ele cunhou o termo “publicações predatórias” quando publicou em seu blog *Metadata* uma lista de periódicos e editores envolvidos em práticas não profissionais ou antiéticas (BEALL, 2013). Iniciada com um grupo de 18 editoras, chegou a relacionar 923 em 2016 (NARIMANI; DADKHAH, 2017) e teve grande importância acadêmica, fornecendo subsídios para a identificação de editoras não confiáveis (BASKEN, 2017; WATSON, 2017) a tal ponto de a lista ter sido reconhecida pela revista *Nature* (BUTLER, 2013a), como uma fonte importante para os investigadores, embora tenha sofrido críticas quanto a sua limitação a revistas “*open access*”.

Outras denominações foram utilizadas na literatura para denominar o fenômeno dos periódicos predatórios, como pseudo-revistas (MCGLYNN, 2013; LAINE; WINKER, 2017) ou revistas oportunistas (GREENBLATT; BERTINO, 2018). Outros questionam essa terminologia e sugerem nomeá-los como “periódicos de má-fé” (ANDERSON, 2015), “periódicos enganosos e de baixa qualidade” (ERIKSSON; HELGESSON, 2018), ou ainda preferem utilizar os termos “parodia ou mimetismo” (BELL, 2017) para caracterizá-los.

A partir de 2012 a lista organizada por Beall foi transferida para seu novo blog *Scholarly Open Access* e posteriormente foi ampliada e organizada em um conjunto de quatro listas compondo o que se conhece como o epônimo “Lista de Beall”. As duas primeiras listagens relacionam editores predatórios ou questionáveis e periódicos independentes predatórios ou questionáveis. A terceira é composta por periódicos sequestrados, ou seja, sites falsificados que fingem ser de um periódico já estabelecido e respeitável para atrair submissões pagas de manuscritos. Por fim, a quarta lista é de empresas questionáveis que fornecem métricas falsas de pesquisadores, artigos ou periódicos (BEALL, 2016).

Os critérios utilizados por Beall (2015) para a caracterização dessas publicações foram agrupados em quatro títulos principais, a saber: editor e equipe, gerenciamento de negócios, integridade e outros. Assim, são detalhados 48 tópicos, tanto para o editor quanto para o

periódico. Vale registrar que esses critérios reconhecem os princípios de conduta para editores e de transparência para revistas do Comitê de Ética em Publicação (COPE).

A Lista de Beall (BREZGOV, 2019a) foi uma iniciativa precursora em documentar e relacionar editores de revistas em “Open Access” que não cumpriam os requisitos do sistema “peer-review” e publicavam qualquer artigo desde que o autor pagasse por isso. Teve o seu término em 2017, talvez por conta de demandas judiciais e por pressões sofridas de grandes editoras (STRAUMSHEIM, 2017; SILVER, 2017). Depois disso, no mesmo ano, um estudante de pós-doutorado de uma universidade europeia disponibilizou a Lista de Beall em um novo site, mas preferiu manter o anonimato temendo sofrer as mesmas ameaças que Beall havia recebido (ANONYMOUS, 2022).

Na lacuna deixada pela Lista de Beall, ainda em 2017, a empresa *Cabell’s International* criou um banco de dados de periódicos predatórios e não predatórios na forma de uma lista negativa (*Predatory Reports*) e uma lista positiva (*Journalytics*). No entanto, o seu acesso é pago conforme detalhado no site da Cabell’s (2022). Contudo, como referem Akça e Akbulut (2021), não há consenso sobre os critérios usados para determinar periódicos fraudulentos. Outros estudos, como os de Silva e Tsgaris (2018) e Dony (2020) também teceram críticas sobre a falta de rigor na aplicação desses critérios e a confiabilidade desse tipo de listagem. Ou seja, existem várias listas negras e brancas circulando na academia, mas todas têm imperfeições. Além disso, é necessário atentar para a presença de falsos positivos nessas listas, já que editores potencialmente predatórios escolhem títulos muito semelhantes aos dos periódicos já existentes (NELHANS; BODIN, 2020).

Na visão de Beall (2013), uma forma de enfrentar o problema das publicações predatórias, que não é restrito apenas à indústria editorial acadêmica, é investir no que ele chamou de “literacia editorial acadêmica”. Esta deve incluir a capacidade dos pesquisadores em reconhecer e evitar fraudes de publicação, bem como o desenvolvimento de habilidades de bibliotecários para além do nível primário de alfabetização, visando obter experiência adicional em comunicação acadêmica para agregar valor à informação disponível online e alertar sobre as armadilhas das publicações predatórias. Beall (2017, p.278) argumenta que a biblioteconomia acadêmica precisa “acordar para o problema dos editores predatórios e ser fiel aos usuários das bibliotecas que buscam ajuda e conselhos sobre comunicação acadêmica”.

Iniciativas nesse sentido já foram tomadas em várias bibliotecas dos Estados Unidos. Por exemplo, bibliotecárias acadêmicas das universidades de Iowa (O’DONNELL, 2016) e Wichita (WALKER, 2020) publicaram guias online destinados à comunidade científica para identificar editores potencialmente predatórios, os quais se destacam por atos intencionais que exploram a necessidade acadêmica de publicar e visam enganar aqueles que utilizam seus serviços, conforme detalhado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Tipos de editores potencialmente predatórios

Tipos	Modus Operandi	Características
Impostor/ <i>Hijacker</i> (Impostor, Sequestrador)	Apresenta-se como um periódico bem estabelecido ou como uma publicação associada a uma marca ou sociedade conhecida.	Geralmente adicionam uma palavra extra ao nome de um periódico existente, como “Advances”, “Reviews” ou “Reports” ou criam sites que parecem estar afiliados a outra publicação
<i>Phisher*</i> (Fraudador)	Atrai autores em potencial com promessas e cobra grandes taxas após o artigo ser aceito. Persistentes, eles podem exigir pagamento mesmo que nenhum contrato ou acordo de direitos autorais tenha sido assinado.	Apresenta-se como um periódico bem estabelecido ou como uma publicação associada a uma marca ou sociedade conhecida.

<i>Papermill</i> (Fábrica de artigos)	Produção em massa de trabalhos de má qualidade feitos sob encomenda, muitas vezes por meio de aprendizado de máquina ou plágio. Diferentemente dos outros tipos de predadores, as fábricas de artigos servem para enganar leitores e editores, não autores.	A autoria é comprada. Os autores podem ter pouca ou nenhuma experiência real relacionada ao assunto que está sendo publicado. O texto do artigo pode estar cheio de “frases torturadas” comuns em textos escritos de aprendizado de máquina ou apropriados do trabalho de outra pessoa.
<i>Trojan Horse</i> (Cavalo de Tróia)	Tem um site de aparência legítima, mas após uma inspeção mais detalhada, nada é o que parece. Os periódicos são ‘empty shall’ ou pior, povoados por artigos roubados, plagiados de outras revistas conceituadas, ou sem sentido.	Difícil de identificar. O histórico de publicação, a frequência e a qualidade do artigo devem ser examinadas.
<i>Unicorn</i> (Unicórnio)	Muito bom para ser verdade! Alegam oferecer serviços – revisão rápida por pares, indexação em bancos de dados, fatores de impacto etc. – mas não cumprem.	Semelhante ao ‘phisher’, mas intencionalmente enganoso sobre seus serviços, mas não sobre preços.

Fonte: Elaborado pelos autores

(\*) Palavra sem tradução em português. Advém do neologismo inglês ‘*phishing*’, em alusão ao ato de lançar uma linha e esperar que a isca seja mordida. No contexto dos periódicos predatórios pode ser entendido como “fraudador”, isto é, aquele que envia e-mails de “*phishing*” solicitando artigos e/ou convites para compor a equipe editorial.

Vale registrar que outros recursos estão disponíveis online aos pesquisadores para protegerem seu trabalho antes da submissão, auxiliando na escolha de periódicos legítimos e confiáveis, tais como o site<sup>1</sup> (2022). Este é uma iniciativa internacional que conta com o apoio de editores e organizações de comunicação acadêmica visando promover integridade e construir confiança em pesquisas e publicações confiáveis.

É interessante observar que as revistas predatórias, por se valerem de estratégias sutis de encobrimento de sua pouca seriedade científica, acabam muitas vezes sendo listadas em sistemas de avaliação de periódicos. No caso do Brasil, esse tema também tem sido objeto de abordagem do site Preda Qualis<sup>2</sup> de responsabilidade de Prado, Kraenker e Coutinho (2017) cujo foco é a análise de revistas potencialmente predatórias que estejam inseridas na base Qualis/Capes, a partir de elementos como a inexistência de uma avaliação adequada (independente, por pares e às cegas) dos manuscritos submetidos, com o devido acompanhamento de um editor cientificamente abalizado, resultando muitas vezes em um aceite muito rápido, por conta de um critério de avaliação superficial e aligeirado. Todavia, a publicação de um artigo em uma revista predatória não é um indicativo intrínseco de má qualidade de seu conteúdo, mas sua credibilidade pode ser questionada em virtude do veículo utilizado (PRADO; KRAENKER; COUTINHO, 2017).

Por sua vez, Perlin, Imasato e Borenstein (2018) analisaram a penetração de publicações predatórias no sistema acadêmico brasileiro e o perfil dos autores em um estudo empírico transversal de publicações de pesquisadores brasileiros de todas as disciplinas durante o período de 2000-2015. Entre os resultados obtidos, o estudo mostrou que embora as publicações predatórias representem uma pequena proporção da literatura geral, elas cresceram exponencialmente nos últimos cinco anos. A pesquisa também revelou que revistas potencialmente predatórias estavam listadas no Qualis/Capes, denotando que essa inserção pode estimular esse tipo de periódico a receber mais publicações. Esses autores reuniram

<sup>1</sup> <https://thinkchecksubmit.org/>

<sup>2</sup> <https://predaqualis.netlify.com/>

evidências de que pesquisadores experientes com alto número de publicações não indexadas e doutorados obtidos localmente são mais propensos a publicar em periódicos predatórios, ao contrário da ideia de que pesquisadores jovens e inexperientes sejam o público principal dessas revistas.

Agências brasileiras de fomento à pesquisa, apesar de apresentarem diretrizes e códigos para as boas práticas científicas, ainda não disponibilizam guias com orientações para evitar as publicações potencialmente predatórias. A despeito disso, a revista *Pesquisa Fapesp* publicou entre 2016 e 2022 cerca de 20 artigos abordando temas relacionados às publicações predatórias. Assim, a agência tem contribuído para alertar e conscientizar os leitores e a comunidade científica sobre a importância de evitar as armadilhas de revistas inescrupulosas que são movidas exclusivamente pelo lucro.

Ainda no contexto de ações realizadas para inibir as publicações potencialmente predatórias vale registrar outras iniciativas que já existem no cenário acadêmico científico brasileiro desenvolvidas por associações científicas, instituições de ensino superior e periódicos científicos brasileiros, conforme exposto a seguir.

Por exemplo, a ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos criou o “Grupo de Trabalho Revistas Predatórias” com o objetivo de identificar as revistas brasileiras que apresentem características de publicações predatórias com um olhar sobre os princípios da transparência (BARATA, 2021).

Outra ação importante no combate às ameaças desses modelos fraudulentos de publicações foi empreendida pela Pró-Reitoria da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em 2018, com a criação do Propetips, um programa de apoio aos pesquisadores sobre as boas práticas e questões relacionadas à integridade científica, os quais abordam diversos tópicos, entre eles a identificação de revistas predatórias (GUIMARÃES, 2018b).

Iniciativas igualmente assertivas no enfrentamento a esse fenômeno que tem afetado negativamente a comunidade científica têm sido tomadas por periódicos científicos que passaram a incluir nas “instruções aos autores” avisos para “não citar revistas predatórias, mesmo tendo o Qualis” (RPCFO, 2022), bem como “evitar citar estudos publicados em revistas predatórias ou potencialmente predatórias” (REDCPS, 2022) além de indicar a consulta a Lista de Beall para revistas do exterior e ao site do Preda Qualis para revistas brasileiras.

Tais ações carecem de ampliação com a adesão de outros periódicos para fazer frente à crescente variedade de táticas utilizadas pela predação.

Tendo em vista essa realidade, o Quadro 2 delinea um conjunto de indícios que podem ajudar a distinguir as revistas legítimas daquelas potencialmente predatórias. Baseamo-nos em Guimarães (2018b) e outros autores (BUTLER, 2013B; BARTHOLOMEW, 2014; SHEN; BJORK, 2015; REPISO, 2016; ERIKSSON; HEGELSSON, 2017; RICHTIG *et al*, 2018; MOOSA, 2018; SHELOMI, 2020).

**Quadro 2.** Características de periódicos potencialmente predatórios

Elementos	Sinais
Site	Mal elaborado, com erros gramaticais ou ortográficos, imagens e logotipos de baixa qualidade ou resolução, e conteúdo de caráter mais promocional, focado nas facilidades para publicação. Exibe anúncios de natureza não acadêmica. Imita sites de periódicos conhecidos. Tem links inativos
Localização	Locais dos escritórios são ocultos ou falsificados. Anunciam sedes nos EUA ou Reino Unido, locais dos periódicos de língua inglesa mais influentes, mas geralmente situam-se em outros países.
Contato	Somente por formulário online, sem informações válidas (número de telefone, endereço), com endereços de e-mail comerciais gratuitos e não institucionais.
Título	Enganoso ou ambicioso, com forte semelhança com títulos de revistas de efetivo peso e impacto científico em uma dada área para iludir o pesquisador (p.ex. <i>American</i>

	<i>Journal of XYZ</i> , que pode ser confundido com um periódico legítimo como <i>Journal of the American Society for XYZ</i> ).
Editor-chefe e Conselho Editorial	O editor não é membro de nenhuma organização profissional reconhecida e comprometida com as melhores práticas de publicação, como o COPE. Não apresenta com clareza a vinculação institucional, a qualificação científica do editor-chefe e dos membros do conselho editorial e não exibe seus respectivos e-mails.
Corpo científico	Composto por pesquisadores inexistentes, ou provenientes de instituições cientificamente pouco conhecidas e de áreas muitas vezes díspares. Utilizam sem permissão o nome de pesquisadores de prestígio ( <i>fake editorial boards</i> ). Inexiste background científico do editor-chefe e membros do corpo editorial em bases de dados acadêmicas.
Submissão	Ausência de um sistema profissional para envio de manuscritos. Submissões são realizadas por endereço de e-mail com domínio comercial (p. ex. Gmail, Yahoo, etc.) em vez de um domínio institucional. As diretrizes para os autores são vagas no que se refere à estrutura e à normalização dos <i>papers</i> a serem submetidos.
Processo editorial	Falta transparência sobre o processamento dos manuscritos. Não há informações específicas sobre datas de submissão e de aceite da publicação, ausência de política de preservação digital sobre arquivamento de artigos para posterior acesso.
Foco e escopo	Ampla cobertura temática, sem deixar claras as suas áreas de especialidade, facilitando o recebimento de artigos das mais distintas disciplinas e abordagens. Escopo excessivamente abrangente, incluindo "avanços, resultados de pesquisa e aplicações práticas", "em quaisquer aspectos na área X" e "em temas relacionados, mas não limitados a", cobrindo longa lista de temas.
Revisão por pares	Inexistente, inadequada ou fabricada. Rapidez na aceitação do artigo, geralmente após o envio e pagamento de taxas, comprometendo a qualidade científica.
Indexadores e métricas	Referência ao <i>Index Copernicus Value</i> , reiteradamente criticado pela comunidade científica internacional como base indexadora, devido a práticas antiéticas. Fatores de impacto altos baseados em métricas de citações falsas e enganosas.
Editoriais	Quando existentes são genéricos, sem uma análise científica mais verticalizada do conjunto de artigos ali publicados.
Artigos	Exibem erros tipográficos e factuais. Fogem ao escopo do periódico. Podem, por exemplo, não ser acadêmicos, permitindo óbvia pseudociência.
Taxas de processamento do artigo	Valores frequentemente altos, não mencionados ou exibidos com destaque, apenas revelados após a aceitação do artigo. Cobrança de taxa de envio ou manuseio mesmo que o artigo não seja aceito.
Divulgação e Marketing	Políticas agressivas de convites aos pesquisadores, por e-mail, com prazos curtos de resposta, para que submetam artigos ou para integrar o corpo editorial.
Padrões de publicação	Ausência de revisão e edição. ISSN falso, DOI incorreto ou ausente, ORCID não verificável
Ética	Não há políticas de retratação, verificação de plágio, autoplágio, manipulação e uso não autorizado de imagens e ilustrações. Reeditam texto sem autorização do autor.
Edições	Grande volume de publicações em um único fascículo. Sem regularidade, e o cronograma de publicação não está claramente definido.
Direitos Autorais	A revista detém direitos autorais do trabalho. Não incorpora licença <i>Creative Commons</i> .

Fonte: Elaborado pelos autores

A tudo isso se alia uma sofisticada e crescente estratégia para dar aparência de credibilidade científica a operações editoriais antiéticas, o que torna cada vez mais complexa a identificação de tais revistas. Como consequência, pode-se dizer que os investigadores se tornam vítimas de um sistema perverso na medida em que têm sua produção publicada em um veículo não respeitável, além de muitas vezes seu nome como integrante de um corpo editorial ser utilizado falsamente e sem sua autorização.

A marca registrada desses periódicos são os convites agressivos para publicação e ingresso no corpo editorial da revista. Esses são feitos geralmente com mensagens lisonjeiras



enviadas por e-mail a um grande número de indivíduos para atrair pesquisadores (RICHTIG *et al.*, 2018).

O caso da “Dra. Fraud” ilustra aspectos dessa prática predatória e mostra a frágil credibilidade dos periódicos predatórios. Tratou-se de um experimento secreto que foi realizado por pesquisadores poloneses (SOROKOWSKI; KULCZYCKI; SOROKOWSKA; PISANSKI, 2017) para testar a idoneidade de centenas de publicações que se apresentam como periódicos científicos legítimos, e expôs o modo de operar dessas revistas.

A inicial do nome do meio (Olga) e o sobrenome da “Dra. Anna O. Fraud” formam a palavra polonesa *oszust* que pode ser traduzida por fraudador ou trapaceiro. Essa cientista fictícia fez descobertas surpreendentes ao se oferecer como editora a 360 títulos de publicações legítimas e supostamente predadoras enviando um currículo falso e inconsistente, sem artigos publicados e nenhuma experiência para o cargo pretendido.

O estudo revelou que 15 periódicos da lista de Beall, 45 presentes no DOAJ e 48 periódicos do JCR responderam ao pedido de *oszust*, mas não lhe fizeram uma oferta. Além disso, alguns poucos periódicos questionaram a sua qualificação para o cargo, nenhum fez tentativas de entrar em contato com a falsa instituição com a qual ela mencionou ter vínculo, e surpreendentemente muitos se revelaram mais mercenários do que se esperava, condicionando a sua indicação como editora a alguma forma de pagamento ou lucro. Para os autores desse experimento a solução para o problema da publicação predatória é atacar a sua essência. Isso só acontecerá quando os acadêmicos avaliarem as qualidades dos periódicos e recompensarem as melhores práticas de publicação, além de deixarem de ver vantagem em publicar em revistas desse tipo.

Vale registrar que este experimento, apesar de exigir a aplicação de uma fraude, foi aprovado por um Conselho de Ética, e os autores renunciaram aos conselhos editoriais que aceitaram a fictícia Dra. Fraude.

Nesse contexto, o Quadro 3 apresenta mensagens recebidas recentemente pelos autores deste artigo por e-mail, as quais sinalizam táticas predatórias para atrair e explorar pesquisadores.

### Quadro 3. Mensagens com táticas predatórias

**Exemplo 1** - Call for Research Articles (Nome da revista) will cover all areas of the subject. The journal welcomes the submission of manuscripts that meet the general criteria of significance and scientific excellence, and will publish: original articles in basic and applied research, case studies, critical reviews, surveys, opinions, commentaries and essays. We invite you to submit your manuscript(s) for timely publication in our next issue to: (conta de e-mail: gmail ou yahoo) Our objective is to inform authors of the decision on their manuscript(s) within three weeks of submission. Following acceptance, a paper will normally be published in the next issue.

**Exemplo 2** - Hi, greetings from the editorial desk of Journal XXXXX. We offer both online publication as well as journal hard copy options. Manuscripts submitted within this month will be eligible for discounted publication charge of YYY USD. Original publication charge is YYY USD after this offer period. This journal follows highly respected OPEN peer-review system Fast manuscript processing: Review decision: 7-10 days and publication: 12-14 days.

**Exemplo 3** - Conheça a REVISTA XXX (<http://www.xxx.com.br>) DOI por artigo. Elabore, também, artigos tipo Review para a área de atuação de V. Sa. porque terá maior visibilidade das publicações. SEJA RELATOR DA REVISTA XXXX - Comitê Técnico-Científico de Doutores para verificar e avaliar artigos. Site em várias línguas (selecione idioma do lado esquerdo da tela). Revista Multidisciplinar PUBLICAÇÃO MENSAL - Os autores são informados sobre o resultado das avaliações. Se aprovado, o autor faz o pagamento e envia o comprovante, em seguida enviaremos as avaliações do artigo. Para mais informações: [www.yyy.com.br](http://www.yyy.com.br)

**Exemplo 4** - Fast and quality publication in international journal. Dear Researcher /Scholar / Professor / Scientist, XXX Journal is an international open access double reviewed, peer reviewed monthly print journal. (...) It aims to original research findings that are suitable for many developing country including India. Author notification within 3-4 days after submission. SUBMIT YOUR PAPER

**Exemplo 5** - Prezados autores, parabênz pelo excelente artigo: xxxx, publicado no X Encontro xxxx. Neste sentido, convidamos você a publicar seu artigo na revista XXXX avaliada pelo novo Qualis Capes único como B2, em 2019, e indexada em diversas bases.

Fonte: Elaborado pelos autores

O “assédio” a pesquisadores, conforme mostram os dados do Quadro 3, se estende até a trabalhos que já foram publicados em anais de eventos ou mesmo em outros periódicos. Esse mercado editorial predatório tem se expandido nos últimos anos por meio de publicações que são denominadas de “*vanity press*” ou “*vanity publishing*” (ERIKSSON; HEGELSSON, 2017; ANONYMOUS, 2020; MCNULTY, 2020).

Entre as modalidades para atrair publicações estão os livros e capítulos de livros originados de trabalhos para obtenção de títulos de graduação, mestrado e doutorado, alvos de um modelo editorial que adota a cobrança para publicar mediante pagamento de taxas – “pagou, publicou” – e a exigência de transferência de direitos autorais. Além disso, o processo de publicação não passa pela revisão por pares, nem por edição (formatação, verificação ortográfica, etc.), assim como o marketing e a distribuição ficam ao encargo dos autores. As cópias físicas desses livros têm preços escandalosamente altos, e os autores, é claro, não recebem nenhuma receita com as vendas.

Ainda no âmbito daquilo que Eriksson e Hegelsson (2017) chamaram de “falsa academia”, vale registrar as conferências fraudulentas. Estas são um flagelo idêntico ao das publicações predatórias que desafiando a reputação e a legitimidade do conhecimento científico.

Esse tipo de evento segue a mesma “receita” das publicações predatórias (BOWMAN, 2014; ASADI *et al*, 2018; IBRAHIM; SHAW, 2020). Os convites e submissões são incentivados através de e-mails amplamente distribuídos. Não são organizadas por sociedades científicas, mas por organizadores de eventos com fins lucrativos. Utilizam os nomes de pesquisadores e cientistas sem sua permissão para atrair participantes. Descrevem o evento como “*World*” “*Global*” ou “*Internacional*” “*Conference*” seguido por um título geral. O evento possui denominação enganosamente semelhante a eventos tradicionais e bem conhecidos dos acadêmicos. Os comitês científicos são compostos por desconhecidos que não possuem posição reconhecida em determinado campo científico. As informações sobre os programas e atividades, plenárias e oradores principais são vagas e incompletas. O processo de revisão pelos pares é inexistente ou incomum, com intervalo de poucas horas entre a submissão e o aceite. Essas conferências oferecem informação falsa de indexação no banco de dados de editoras de prestígio, muitas vezes copiando o logotipo destas. O recrutamento de palestrantes é realizado por e-mail e depois do aceite cobram uma taxa pelo privilégio. Oferecem a opção de receber certificado após o pagamento da taxa de inscrição e no caso de não comparecimento. Fazem alterações repetidas em datas importantes, como prazos de inscrição e envio dos trabalhos ou até mesmo a data da conferência. O reembolso das taxas de inscrição é recusado caso a conferência seja cancelada. O pagamento de taxa de inscrição é realizado por meio de depósitos em contas bancárias pessoais.

Além disso, o roubo de identidade de pesquisadores listados sem autorização nessas conferências predatórias pode afetar a integridade acadêmica e profissional dos envolvidos. Ibrahim e Shaw (2020) sugerem que ações legais poderiam ser tomadas contra os organizadores dessas conferências, pois estas falham em fornecer serviços anunciados, bem como estão implicadas em roubo de identidade, infrações de direitos autorais e marcas registradas, além de outras formas de práticas antiéticas que afetam a integridade acadêmica e profissional dos envolvidos. No entanto, os autores reconhecem a dificuldade de se apelar a um tribunal, pois geralmente os organizadores dessas conferências assim como das publicações predatórias, operam em plataformas inexistentes.

A “*raison d’être*” das conferências predatórias é bastante clara: ludibriar os pesquisadores com falsas informações e ganhar dinheiro com as taxas cobradas. Os resultados dessas práticas pouco éticas podem incluir perda de tempo e recursos, registros inadequados no currículo do pesquisador, e custos para o pesquisador, e/ou para a universidade e órgãos de fomento que financiaram o pagamento das taxas. Em resumo, sacrifica-se a qualidade do conhecimento científico em prol do lucro.

Contudo, conforme foi registrado no editorial da Nature (2018) a respeito das listas de periódicos predatórios, a maioria dos cientistas e formuladores de políticas científicas concordaria que é bom condenar essas publicações, apesar de ser difícil distingui-los daquelas que operam de boa-fé, mas que podem ter publicado alguma pesquisa de má qualidade ou fraudulenta por causa de atalhos na tomada de decisões editoriais, porque os cientistas os enganaram, por causa de lapsos de julgamento, ou ainda porque as pessoas simplesmente cometem erros.

Na próxima seção, com o objetivo de complementar as análises advindas da literatura científica sobre esse fenômeno que afeta o mundo acadêmico, são examinadas algumas questões geradas pelas publicações predatórias.

### 3 O FENÔMENO PREDATÓRIO NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: OUTRAS MIRADAS

Para melhor escrutinar as consequências das publicações predatórias na ciência acadêmica vale lançar mão de uma caixa de ferramentas teórico-analítica composta pelos aportes sociológicos das dimensões sociais da ciência e pelos estudos quantitativos da ciência e tecnologia que focalizam os produtos da ciência mediante a bibliometria e a cientometria.

Diante disso vale recordar o conceito mertoniano de ciência, um empreendimento coletivo mediante o qual a pesquisa é conduzida por uma comunidade científica de cientistas profissionais, sendo que o conhecimento científico resulta do produto comum de suas atividades similares. Com base nesse entendimento, Merton (1973) formulou um conjunto de crenças e valores legitimadas em termos de valores institucionais, que regem as atividades dos cientistas, o *ethos* científico. Este tipo ideal mertoniano que ilumina as ações dos cientistas é composto pelas normas do comunismo, universalismo, desinteresse, ceticismo organizado, originalidade e humildade. Expressas em forma de prescrições, permissões, preferências e proibições, essas normas são consideradas obrigatórias para os cientistas e transmitidas por meio de diretrizes e exemplos, ao mesmo tempo em que fornecem um quadro de referência inequívoco para avaliar a conduta dos cientistas.

Para examinar a (falta de) revisão pelos pares nos periódicos predatórios selecionamos desse conjunto normativo o ceticismo organizado, o mandato metodológico e institucional ao qual os cientistas devem permanecer céticos sobre os resultados da sua pesquisa, inclusive sobre suas possíveis deficiências, e se expor às críticas até que todos os fatos sejam estabelecidos. Isso exige cautela em relação às conclusões, evitando a convicção de que têm algo mais a oferecer do que descobertas que são tentativas inconclusivas.

Ora, se nas revistas predatórias não existem árbitros encarregados de avaliar a validade e o valor dos manuscritos enviados para publicação, bem como se editores e equipe editorial que deveriam fazer a determinação final do que deveria entrar para o arquivo da ciência não o fazem, por consequência isso exclui a crítica. Ou seja, não se requer “a suspensão temporária do julgamento e o escrutínio imparcial das crenças em termos de critérios empíricos e lógicos” (MERTON, 1973, p. 277). Impede-se, portanto, que a pesquisa científica deixe de estar “sob o escrutínio rigoroso de colegas especialistas, geralmente envolvendo, embora nem sempre, a verificabilidade dos resultados por outros”, ao mesmo tempo em que se evita “a honestidade pessoal apoiada pelo caráter público e testável da ciência” (MERTON, 1973, p.311).

Outra consequência da ausência de revisão pelos pares nos periódicos predatórios que anula a norma do ceticismo organizado é a publicação de artigos que disseminam informações falsas. Isso põe em xeque a credibilidade científica e interfere na contribuição para a base do conhecimento (MARSON; LILLIS, 2022). Como destacam esses autores, estudos internos de confiabilidade para periódicos são a primeira linha de defesa contra periódicos predatórios. Como se vê, o imperativo do ceticismo organizado é importante para analisar essas publicações, uma vez que qualquer contribuição para o conhecimento científico precisa ser submetida a um minucioso exame. Ao se constituir em um requisito diretivo para os cientistas, o ceticismo organizado também gera um clima de responsabilidade mútua, levando os cientistas a dar constantemente peso crítico ao trabalho de seus colegas (FIIALKA, 2020). No entanto, a falta de certeza da qualidade e de autenticidade do conhecimento publicado em periódicos predatórios faz com que a pedra de toque da ciência autêntica, a norma do ceticismo organizado, deixe de ser aplicada.

Ainda sob a égide da sociologia mertoniana, mas na perspectiva do sistema de recompensas da ciência, vale comentar sobre a motivação que levam os autores a publicar nos periódicos predatórios. Efeitos como o “*publish or perish*” geralmente são invocados como razão para publicações relacionadas a incentivos financeiros advindos de promoções na carreira. No entanto, como assinala Hladchenko (2022), os cientistas não são motivados apenas por recompensas financeiras, mas também se esforçam para promover o conhecimento e receber o reconhecimento da comunidade científica. Ou seja, as práticas de publicação dos acadêmicos estão relacionadas não apenas a incentivos financeiros, mas também a razões intrínsecas e de reputação.

Nesse contexto insere-se o “Efeito Matheus”, conceito elaborado e aprimorado por Merton (1968, 1988), pelo qual cientistas já bem-sucedidos tendem a receber reconhecimento ou recompensas desproporcionalmente altas – por exemplo, taxas de citação e visibilidade, recursos, acesso à infraestrutura e reputação – quando comparados com suas contrapartes menos destacadas. Ou seja, pesquisadores altamente reconhecidos tendem a manter um nível elevado de reconhecimento pelos pares, a despeito de atividades futuras (MARCOVICH; SHINN, 2011).

Assim, qualquer sistema de recompensa operando na sociedade produzirá uma distribuição desigual da moeda com a qual lida, seja dinheiro, poder ou estima, e é sempre uma questão oportuna indagar sobre as consequências desse fato para as pessoas e para a instituição em questão. Esse argumento de Storer (1973) fornece a chave de leitura para compreender que não são apenas os jovens pesquisadores que se sujeitam a publicar em periódicos predatórios pressionados pelo “*publish or perish*” em busca de promoções na carreira. O sistema de recompensas da ciência também afeta os pesquisadores que já conquistaram prestígio e reconhecimento científico, pois fama e poder podem não ser suficientes – quanto mais se acumulam, mais alimentam o prestígio e ampliam as vantagens (SILVA, 2021a) – mesmo para aqueles que já atingiram o topo, não importando se o “preço” que se paga por isso é publicar em revistas de perfil predatório, e muito menos se isso distorce o reconhecimento obtido, uma vez que conquistado por meio de bases falsas.

Essa situação remete ao problema das citações por contaminação, que ocorre o quando “artigos publicados em periódicos predatórios são citados na literatura científica legítima” (MOUSSA, 2021, p.7). Tais citações são inaceitáveis (GASPARYAN *et al* 2015) e evitá-las não é responsabilidade apenas dos editores, mas também das bases de dados bibliográficas, as quais devem desempenhar um papel ativo no fortalecimento do controle de qualidade dos artigos e periódicos indexados (FRANDSEN, 2017). Buscando aprofundar essa discussão Brainard (2020) relatou a existência de estudos mostrando que os artigos em periódicos predatórios recebem pouca ou nenhuma citação.

Vale registrar ainda outra preocupação que diz respeito à inclusão de artigos publicados em periódicos predatórios nas pesquisas que utilizam a abordagens bibliométricas ou

cientométricas e em estudos de revisão. Tais artigos podem representar uma ameaça a essas metodologias, haja vista que sua qualidade é questionável, pois não passaram por revisão pelos pares e são mais propensos a serem impactados por fraude e erro, em comparação com artigos publicados em periódicos legítimos. Conforme argumentam Munn *et al* (2021), isso constitui uma ameaça à validade das revisões sistemáticas e outros tipos de sínteses de evidências, pois estas revisões sustentam recomendações confiáveis para orientar políticas e práticas. A despeito disso, há pouca orientação sobre como esses artigos devem ser tratados nesses tipos de estudos. O mesmo ocorre com as pesquisas de análise de literatura científica realizadas com abordagens bibliométricas e cientométricas. Artigos publicados em periódicos predatórios podem conter erros e fraudes, e sua inclusão nesses tipos de estudos podem comprometer os resultados como contagem de citações infladas, vieses em rankings de produção e produtividade científica etc. causando impactos negativos nos dados e na reputação do autor que produz essas métricas.

Outra problemática relacionada ao reconhecimento científico são os agradecimentos inseridos sem o consentimento daqueles que os recebem inseridos em artigos publicados em periódicos predatórios. Ou seja, quais seriam as implicações para aqueles a quem se agradece, uma vez que os agradecimentos revelam influências cognitivas (CRONIN, 1991) e podem funcionar como uma espécie de endosso das ideias apresentadas por assessores de confiança. Ou ainda, agradecimentos a pessoas de destaque no seu campo científico (BEN-ARI,1987) sugerem tentativas de causar boa impressão e estratégias de construir identidades e credibilidades. Essas são questões a serem exploradas em futuros estudos.

Por fim, um último comentário sobre autores que publicam em periódicos predatórios e são identificados como oriundos de países do “Sul Global”. Conforme argumenta Silva (2021b) a adoção dessa terminologia deve ser evitada, pois pode representar uma espécie de discriminação não acadêmica. Ademais, o estudo de Moher *et al* (2017) mostrou que em uma amostra de 1.907 artigos publicados em mais de 200 periódicos predatórios, a publicação predatória não está limitada apenas aos países em desenvolvimento, pois embora a maioria venha da Índia, mais da metade dos artigos têm autores de países de renda mais alta ou de renda média alta, conforme definido pelo Banco Mundial, como Estados Unidos, Japão, Itália e Reino Unido. Além disso, verificou-se que 17% dos artigos que relataram uma fonte de financiamento o US *National Institutes of Health* (NIH) foi a fonte mais frequentemente nomeada. Os Estados Unidos produziram mais artigos nessa amostra do que todos os outros países, exceto a Índia.

Como referiu O'Donnell (2020) no aviso legal de seu guia online sobre publicações predatórias, as convenções de publicação acadêmica estão profundamente ligadas ao imperialismo e colonialismo acadêmico, ao reconhecer que os acadêmicos do ‘Norte Global’ são publicados com mais frequência do que os autores do ‘Sul Global’ devido ao melhor suporte, financiamento e infraestrutura. Por exemplo, a predominância do inglês como idioma de escolha para a maior parte dos editores acadêmicos comerciais – a maioria dos quais com sede na América do Norte e na Europa – introduz uma barreira linguística para aqueles que não o falam, assim como a suposição de acesso à Internet. Ou seja, quando são abordadas as publicações predatórias a posição geopolítica dos países não pode ser tratada superficialmente, sob o risco de superficialidade ou discriminação.

Portanto, ainda há muito a ser estudado quando se põe em causa as publicações predatórias.

## 4 CONCLUSÃO

As revistas predatórias têm trazido um crescente e preocupante cenário para o universo acadêmico, com impactos<sup>3</sup> que atingem cientistas, instituições e editores, causando danos de reputação de diversas ordens.

De modo a fazer frente a essa ameaça, torna-se necessária uma ação conjunta de autores (os investigadores), editores, instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento à pesquisa, e bases de dados bibliográficas no sentido de garantir que a comunicação científica nos mais diversos campos do conhecimento se faça em moldes éticos, transparentes e defensáveis. Isso pressupõe, da parte dos investigadores, uma competência específica para distinguir entre as revistas confiáveis e as fraudulentas desconsiderando os convites, muitas vezes tentadores, para publicar ou integrar comitês editoriais de periódicos predatórias.

Dessa forma, estarão não apenas reforçando a merecida reputação das revistas que primam pela condução ética de seu processo editorial<sup>4</sup> como também protegerão sua imagem acadêmica, garantindo que o conhecimento seja disseminado como uma contribuição à ciência e não como mercadoria rentável para editores inescrupulosos.

Ademais não se sabe ao certo qual o uso indevido que uma publicação dessa natureza poderá fazer com um artigo original a ela submetido. Essa preocupação necessária aos autores se amplia para as instituições às quais estão vinculados, a quem cabe promover programas de “*scholarly literacy*” e de “*scholarly ethics*” para subsidiar a atuação de seus pesquisadores.

No limite, a proliferação de revistas predatórias trará consequências danosas igualmente aos leitores que, a partir de um “melting pot” de publicações idôneas e inidôneas, poderão diminuir sua confiança na literatura científica (FERRIS; WINKER, 2017).

Preocupadas com essa questão, muitas instituições acadêmicas têm inserido, em seus processos seletivos para docentes e investigadores, critérios de avaliação negativa para os candidatos que mantém relações com esse tipo de publicação, seja como autor, seja como membro do corpo editorial (LINARES, 2020). Ao aprimorar os padrões utilizados na avaliação de pesquisadores, as instituições dão um passo à frente no combate aos periódicos predatórios.

Por fim, aos profissionais de informação e gestores de “*grant offices*” e “*scholarly communication offices*” em universidades, abre-se um novo e desafiador campo de atuação, contribuindo para a preservação e disseminação das boas práticas nas atividades acadêmicas e trazendo uma nova perspectiva para as ações de “*information literacy*”.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, S *et al.* Think.Check.Submitt. **Identify trusted publishers for your research**, 2022. Disponível em: <https://thinkchecksubmit.org>. Acesso em: 26 jan. 2023.

<sup>3</sup> Tais impactos evidenciam-se, principalmente, nos processos avaliativos da produção científica de um pesquisador quando, ainda que inadvertidamente, tenha publicações em veículos predatórios, pode ter sua produção glosada e, em situações mais extremas, ter sua reputação científica afetada.

<sup>4</sup> Tendo por pressuposto a ética enquanto área de estudo que trata dos valores e da conduta do homem na sociedade, notadamente no que tange às regras de conduta que preconizarão os direitos e deveres do mesmo no contexto social (ROSENTHAL & YUDIN, 1967), tem-se a conduta ética como decorrência do conceito de bem e de ação correta, a partir de escolhas e de suas consequências (BLACKBURN, 2020). Desse modo, condução ética de seu processo editorial por parte de uma revista pressupõe todo um conjunto de medidas que visem a garantir a qualidade e o ineditismo de um dado conteúdo científico, aspectos que devem necessariamente ser contemplados em sua política editorial tais como: avaliação por pares, reputação científica do corpo editorial, controle de plágio, declarações de autoria etc.

AKÇA, S.; AKBULUT, M. Are predatory journals contaminating science? An analysis on the Cabells' Predatory Report. **Journal of Academic Librarianship**, Columbus, OH, v.47, n. 4, 2021.

ANDERSON, R. Should we retire the term 'predatory publishing'? **The Scholarly Kitchen**, Mont Laurel, NJ, May 11, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3PJ8tX1>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ANONYMOUS. What is vanity press?. **Beall's List**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FJrJz1>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ANONYMOUS. Beall's list of potential predatory journals and publishers. **Beall's List**, 2022. Disponível em: <https://beallslist.net/contact/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ANTUNES, M. L.; LOPES, C.; BORGES, M. M. Revistas e editoras predadoras no campo da saúde: problemática e recomendações aos investigadores. **Ibersid**, Zaragoza, v. 16, n.2, 57-64, 2022.

ASADI, A. *et al.* Fake/bogus conferences: Their features and some subtle ways to differentiate them from real ones. **Science and Engineering Ethics**, Riverside, CA, 24, p. 779–784, 2018.

BARATA, G. ABEC Brasil alerta a comunidade para a atuação de revistas e editoras predatórias, **ABEC Acontece**, Botucatu, 31 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3VfjEYz>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BARTHOLOMEW, R. E. Science for sale: the rise of predatory journals. **Journal of the Royal Society of Medicine**, London, v. 107, n.10, p. 384–385, 2014.

BASKEN, P. Why Beall's List Died — and What It Left Unresolved About Open Access. **The Chronicle of Higher Education**. Washington, D.C., v.64, n.4 September 22, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Ga9m7S>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BEALL, J. Predatory publishers are corrupting open access. **Nature**, London, v.489, p.179, Sep. 2012a.

BEALL, J. Predatory publishing is just one of the consequences of golden open access. **Learned Publishing**, Watford, v.26, p.79-84, 2013.

BEALL, J. **Criteria for determining predatory open-access publishers**. 3rd. Ed. Denver, CO: Scholarly Open Access; 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3HRm5gX>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BEALL, J. Best practices for scholarly authors in the age of predatory journals. **The Annals of The Royal College of Surgeons of England**, London, v.98, p.77-79, 2016.

BEALL, J. What I learned from predatory publishers. **Biochemia Medica**, Zagreb, v.27, n. 2, p.273–8, 2017.

BEN-ARI, E. On acknowledgements in ethnographies. **Journal of Anthropological Research**, Zagreb, v.43, p.63-84, 1987.

BEREK, L. How can we recognize predatory publishers? the characteristics of predatory journals. *In: SKUP TRENDOVI RAZVOJA: "INOVACIJE U MODERNOM OBRAZOVANJU"*, 26, Kopaonik, **Anais** [...] 2020. Paper n°. T4.2-2 10730, p.554-558.

BLACKBURN, S. *Ética: uma brevíssima introdução*. São Paulo: Ed. Unesp, 2020.

BRAINARD, J. Articles in "predatory journals" receive few or no citations. **Science**, Washington, D,C, v.367, n.6474, p.129, 2020.

BREZGOV, S. List of publishers. **SCHOLARLYOA**, Denver, COMay, 27, 2019a. Disponivel em: <https://bit.ly/3HRJGV>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BREZGOV, S. Index Copernicus has no value. **SCHOLARLYOA**, Denver, CO, June 5, 2019b. Disponivel em: <https://bit.ly/3HPIL0U>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BOWMAN, J. D. Predatory publishing, questionable peer review, and fraudulent conferences. **American Journal of Pharmaceutical Education**, Arlington, VA, v.78, n.10 Article 176, 2014.

BUTLER, D. Sham journals scam authors. Con artists are stealing the identities of real journals to cheat scientists out of publishing fees. **Nature**, v.495, 28 March 2013a.

BUTLER, D. Investigating Journals: the dark side of publishing. **Nature**, London, 495, 2013b, p. 433–435, 2013b.

CRONIN, B. Let the credits roll: a preliminary examination of the role played by mentors and trusted assessors in disciplinary formation. **Journal of Documentation**, London, v. 47, p. 227-239, 1991.

DONY, C. *et al.* How reliable and useful is Cabell's blacklist? A data-driven analysis. **Liber Quarterly**, The Hague, v.30, n1, p.1–38, 2020.

ERIKSSON, S.; HELGESSON, G. The false academy: predatory publishing in science and bioethics. **Medicine, Health Care and Philosophy**, [S.l.] v.20, p.163-170, 2017.

ERIKSSON, S.; HELGESSON, G. Time to stop talking about 'predatory journals. **Learned Publishing**, Watford, v. 31, p. 181–183, 2018.

FIALKA, S. Formation of behavioral norms of professional communication for the scientific community. *In: Integration of traditional and innovative scientific researches: global trends and regional aspect: collective monograph*. 3rd. Ed. Riga, Latvia: Baltija Publishing, 2020.

FERRIS, L. E.; WINKER, M. A. Ethical issues in publishing in predatory journals. Research integrity corner: Special issue on predatory journal. **Biochemia Medica**. Zagreb, v.27, n.2, p.279-284., 2017.

FRANSEN, T. F. Are predatory journals undermining the credibility of science? A bibliometric analysis of citers. **Scientometrics**, Budapest, v.113, n.3, p.1513–1528, 2017.



GASPARYAN, A.Y. *et al.* Preserving the integrity of citations and references by all stakeholders of science communication. **Journal of Korean Medical Science**, Seoul, v.30, n.11, p.1545-1552, 2015

GREENBLATT, D. J.; BERTINO, J. S. Opportunistic journals in the clinical pharmacology space: A policy statement from the publications and public policy committees of the American College of Clinical Pharmacology. **American College of Clinical Pharmacology**. Lenexa, KS, v.7, n.4, p.353-357, 2018.

GRUDNIEWICZ, A. *et al.* Predatory journals: no definition, no defence. **Nature**, London, v.576, n.12 p. 210-212, 2019. Disponível em: <https://go.nature.com/3BPBA57>. Acesso em: 26 jan. 2023.

GUIMARÃES, J.A.C. **A escolha do periódico para publicação de um artigo científico**. São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Pesquisa, 2018a. (Propetip, 16) Disponível em: <https://bit.ly/3YHX0Ls>. Acesso em: 26 jan. 2023.

GUIMARÃES, J.A.C. **A questão das revistas predatórias**. São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Pesquisa, 2018a. (Propetip, 28) Disponível em: <https://bit.ly/2wyV1wz>. Acesso em: 26 jan. 2023.

GUNAYDIN, G. P.; DOGAN, N. O. A growing threat for academicians: Fake and predatory journals. **The Journal of Academic Emergency Medicine**, Des Plaines, IL, 14, p94-96, 2015.

HLADCHENKO, M. Implications of publication requirements for the research output of Ukrainian academics in Scopus in 1999-2019. **Journal of Data and Information Science**, Beijing, v.7, n.3, 2022. p.71–93. Disponível em: <https://bit.ly/3YI7H0f>. Acesso em: 26 jan. 2023.

IBRAHIM, S.; SAW, A. The Perils of Predatory Journals and Conference. **Malaysian Orthopaedic Journal**, Kuala Lumpur, v.14, n.2, p.1-6, 2020.

LAINE, C.; WINKER, MARGARET A. E. Identifying predatory or pseudo-journals. **Biochemia Medica**, Zagreb, v.27, n.2, p.285–91, 2017.

LINARES, C. E. The Impact of Predatory Publishing in Academic Research: A General Review. **Journal of Global Management Sciences**, Lima, v., n.1, pp.10-16, 2020.

MARCOVICH, A.; SHINN, T. Robert K. Merton: between a universalist vision of science and a procrustean framework. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 26-32, jan/jun 2011.

MARSON, S. M.; LILLIS, J. P. A case study for the interrater reliability of journals referees. **Research on Social Work Practice**, v.32, n.2, p. 238–244, 2022.

MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science, **Science**. Washington, D.C., v.159, n.3810, p.56–63, 1968.

MERTON, R. K. The Matthew effect in science, II. Cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. **Isis**, Chicago, IL, 79, p. 606-23, 1988.

MERTON, R. K. The Normative Structure of Science. *In*: R. K. Merton. **The sociology of science: Theoretical and empirical investigations** Ed. and Intr. by. N. W. Storer. Chicago: The University of Chicago Press, 1973. p. 267–278.

MCGLYNN, T. **The evolution of pseudo journals**. Dominguez Hill, CA: Small Pond Science, 2013.

MCNULTY, P. J. Vanity Publishing: The Authors Guide to Vanity Press Publishers. **SelfPublishing.com**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PMoZWe>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MOOSA, I. A. **Publish or Perish**. Perceived Benefits versus Unintended Consequences. Edward Elgar Publishing, 2018.

MOUSSA, S. Contamination by citations: references to predatory journals in the peer-reviewed marketing literature. **South Asian Journal of Marketing**, Haryana, India v. 2, n. 1, p. 5-27, 2021.

MOHER, D. *et al.* Stop this waste of people, animals and money. **Nature**, London, 549, 23–25, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3YBZJWC>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MUNN, Z. *et al.* Should I include studies from “predatory” journals in a systematic review? Interim guidance for systematic reviewers? **JBI Evidence Synthesis**, Adelaide, v.19, n.8, p.1915-1923, August 2021.

NARIMANI, M.; DADKHAH, M. Predatory Journals and Perished Articles; a Letter to Editor. **Emergency**, v.5, n.1, p.e49-51, 2017. Disponível em: <https://journals.sbmu.ac.ir/index.php/emergency/article/view/12595/9725>. Acesso em: 26 jan. 2023.

NELHANS, G.; BODIN, T. Methodological considerations for identifying questionable publishing in a national context: the case of Swedish High Education institutions. **Quantitative Science Studies**, Boston, MA, v.1, n.2, p.505-524, 2020.

NATURE. This week Editorials. Compilations of academic journals to use or avoid need transparent criteria. **Nature**, London, v.562, n. 7727, pp.308, 2018.

O'DONNELL, M. **Understanding Predatory Publishers**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3YH6R3O>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PERLIN, M. S.; IMASATO, T.; BORENSTEIN, D. Is predatory publishing a real threat? Evidence from a large database study. **Scientometrics**, Budapest, v.116, p.255–273, 2018.

PRADO, P. I.; KRAENKEL, R. A.; COUTINHO, R. M. **Preda Qualis**: periódicos potencialmente predatórios no Qualis-Capes. 2017. Disponível em: <https://predaqualis.netlify.app/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

REDCPS. Revista Enfermagem Digital Cuidado e Saúde. **Sobre a revista**. 2022 Disponível em: <http://www.redcps.com.br/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

- REPISO, R. Fraudulent and false metric indexes. A scam for publishers and authors. **Comunicar. School of Authors**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3PG6piq>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- ROSENTHAL, M.; YUDIN, P. **A Dictionary of Philosophy**. Moscow : Progress Publishers, 1967.
- RPCFO. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online. **Sobre a revista**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3I9yblN>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SHELOMI, M. Opinion: Using Pokémon to detect scientific misinformation. **The Scientist** (Nov.), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3G7WgaV>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SHEN, C.; BJÖRK, B. Predatory open Access: a longitudinal study of article volumes and marketing characteristics. **BMC Medicine**, v.13, n.230, p.1-15, 2015. Disponível em: <https://bmcmmedicine.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12916-015-0469-2>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SILVA, J. A. T. The Matthew effect impacts science and academic publishing by preferentially amplifying citations, metrics and status. **Scientometrics**, Budapest, v.126, n.6, p.5373–5377, 2021a.
- SILVA, J. A. Teixeira da. Rethinking the use of the term 'global South' in academic publishing. **European Science Editing**, Zagreb, v.47. p. 1-2, 2021b
- SILVA, J. A. T. DA; TSIGARIS, P. What value do journals whitelists and blacklists have in academia? **Journal of Academic Librarianship**, Columbus, OH, v.44, p.781-792, 2018.
- SILVER, A. Controversial website that lists ‘predatory’ publishers shuts down. **Nature**, 18 January, 2017. Disponível em: <https://go.nature.com/3FIhiLR>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SOROKOWSKI, P. *et al.* Predatory journals recruit fake editor. **Nature**, Washington, D.C v.543, p. 481–483, 2017. <https://doi.org/10.1038/543481a>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- STORER, N. Prefatory note. *In*: N. Storer (ed.). **The sociology of science: Theoretical and empirical investigations**. Chicago: The University of Chicago Press, [s.d.]. p. 415–418.
- STRAUMSHEIM, C. No more ‘Beall’s List’. **Inside Higher ED**. January 18, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3VdIKHc>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- WALKER, L. A guide to predatory publishing. **Wichita State University Libraries**, 2020. Disponível em: <https://libraries.wichita.edu/predatorypublishing>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- WATSON, R. “Beall's list of predatory open access journals: RIP”. **Nursing Open**, [S.l.]. v.4 n.2, p.60, Apr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3hOhIbA>. Acesso em: 26 jan. 2023.